

# Editorial

*No meio do caminho tinha uma pedra/ Tinha uma pedra no meio do caminho.../  
Nunca mais me esquecerei desse acontecimento...*

*Carlos Drummond de Andrade*

São tantas pedras no nosso caminho, que por mais que queiramos não conseguiríamos lembrar e nem tampouco transpor todas elas. No sentido literal, percebemos que a presença de uma ou mais pedras podem impedir o acesso ao nosso meio. Imaginem então para as pessoas com deficiências!

As pessoas com deficiências (PcD) são aquelas que apresentam restrições de natureza física, intelectual ou sensorial que impossibilitam sua participação integral e permanente na sociedade, conforme a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008)”. A OMS estima que 15% da população mundial conviva com alguma forma de deficiência. No Brasil, dados do IBGE apontam que aproximadamente 24% da população apresenta algum tipo de deficiência.

Em nosso país, a política de inclusão social de PcD existe desde a Constituição de 1988 e vem avançando até chegar na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2016. De acordo com a lei, é obrigação do poder público prestar assistência e garantir os direitos básicos a estes cidadãos. Apesar do Brasil ter legislação específica, PcDs ainda compõem as percentagens mais elevadas de exclusão social.

Pessoas com deficiências têm direito à saúde e cabe ao Estado proporcionar atendimento de qualidade, em igualdade de condições com as demais pessoas. No âmbito da odontologia, PcDs se encaixam na especialidade de Odontologia para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE). O CFO utiliza o termo “PNE” pois considera, além da deficiência, limitações médicas temporárias ou permanentes (gravidez, diabetes, hipertensão) que impeçam uma situação odontológica convencional.

Por outro lado, é importante considerar que grande parte dos cirurgiões-dentistas não está preparada para este tipo de atendimento odontológico. Nesse contexto, é imperativo a necessidade de capacitação de CDs para a atenção e o cuidado da saúde bucal de PNEs buscando um atendimento odontológico sem barreiras de acesso físico, de comunicação e de atitudes, além de uma equipe de saúde envolvida ativamente no processo. Além disto, PcDs encontram dificuldades de acesso a serviços odontológicos apropriados. A garantia dos direitos individuais é que vai permitir ultrapassar as pedras pelo caminho.

Esperamos que essa breve leitura desperte a reflexão sobre a importância desta temática.

***Simone Helena Ferreira***

Profa. Adjunta – Curso Odontologia ULBRA RS  
Coordenadora do Projeto de Extensão “Conquistando Saúde: Atendimento odontológico para pessoas com deficiência” – ULBRA RS